



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

(art. 18, II e art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133/2021)

**1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de locação de estruturas para eventos camarim, camarote, House Mix, locação de palco, pórtico, entradas, barricadas, detectadores de metal, rádios comunicadores, sanitários químicos, painel de led, gerador, locação de trio elétrico, iluminação, sonorização, locação de torre delay, placa de fechamento, toldos, compreendendo montagem e desmontagem, além dos serviços de bombeiros civis, equipe de apoio e orientação ao público, visando atender as demandas das secretarias que demais secretarias que compõem a esfera municipal, tendo como participe o Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde, no povoado São José neste Município de Tomar do Geru/SE.

1.2. Este Pregão é destinado, **EXCLUSIVAMENTE** para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com **EXCEÇÃO dos itens 03,13,14,15,21,26,27,28,30,37 e 38 os quais são para a AMPLA CONCORRÊNCIA**, respaldado nos termos no art. 48, inciso I e III da Lei Federal nº 123/2006 e suas alterações e Decreto Federal 8.538/2015.

1.3. **Se o mesmo licitante vencer a cota principal e reservada deverá praticar o mesmo preço, inclusive o menor dentre eles.**

**2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

2.1. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Prefeitura Municipal de Tomar do Geru/SE, CNPJ nº 13.099.250/0001-18.

2.2.2. **ORGÃOS PARTICIPANTES:** Fundo Municipal de Saúde - FMS, CNPJ nº 11.412.389/0001-07.

2.2.3. **ORGÃOS PARTICIPANTES:** Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, CNPJ nº 14.788.544/0001-74.

2.5. Não serão aceitas adesões posteriores à Ata de Registro de Preços, na forma do art. 33 do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 c/c § 8º, do art. 86, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, haja vista à ausência de estudo deliberativo no ETP.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O objeto deste Termo de referência atenderá as necessidades do setor demandante, quanto a realização de eventos festivos no Município de Pedrinhas/SE, bem como demais eventos públicos que a contratante realize, a exemplo de eventos institucionais.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**3.2. Critério de Julgamento da Licitação:** Os bens, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no **MENOR PREÇO POR ITEM**, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

**4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

4.1. Os bens, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.2. A adoção do SRP - Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente na conveniência da contratação, proporcionando melhor planejamento dos gastos públicos, de acordo com o artigo 2º do Decreto 11.462/2023, que dispõe que o Sistema de Registro de Preços -SRP é um conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

4.3. Ainda sobre SRP, o artigo 3º do Decreto 11.462/2023 estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.4. Nesse caso, justifica-se a realização do presente processo pelas condições e pelas hipóteses que seguem:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.5. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, com fundamento nos termos do art. 34 do Decreto 11.462/2023.

4.6. A fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, bem como do Estudo Técnico Preliminar, apêndices deste Termo de Referência.

**5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se descrita neste Termo de Referência.

**6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade:**

6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidas todas as normas que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

**Subcontratação**

6.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

6.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

7.1. O objeto será executado no Município de Pedrinhas/SE à medida que precisar e haver ordem de serviço por parte da contratante. **A ordem de serviço será emitida com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do evento.**

7.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com **pelo menos 48 (quarenta e oito) horas Mde antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado**, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

8.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V)

8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Fiscalização**

8.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**Fiscalização Técnica**

8.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.11.1. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

8.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

8.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.18. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**Gestor do Contrato**

8.19. Os serviços serão recebidos provisoriamente no momento da instalação dos equipamentos no local de realização do evento, sendo acompanhado pelo o fiscal do contrato.

8.20. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.21. O recebimento definitivo ocorrerá no momento da realização do evento, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.22. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.23. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.25. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.27. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.13. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.17. O município reterá, na fonte, o valor correspondente ao imposto de renda de pessoa jurídica conforme disposto no Decreto Municipal 031/2023.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

9.18. O município de Tomar do Geru efetuará, no ato do pagamento, a retenção de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do pagamento, relativo ao valor do APOIO PECUNIÁRIO previsto no art. 6º, da Lei Municipal nº 720/2020.

**Prazo de pagamento**

9.19. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

**Forma de pagamento**

9.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

☐ Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

☐ Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

10.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.1.2. Caso não seja possível a consulta nos cadastros acima, a consulta poderá ser substituída pela certidão Consolidada Jurídica ([https://certidoesapf](https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)) apps.tcu.gov.br/ e Certidão Negativa de Inidôneos e inabilitados dos sócios majoritários (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f>

10.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.1.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.1.8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.1.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.1.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.1.11. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.1.12. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10.1.13. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Os



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do pregoeiro.

**10.2. Os licitantes classificados em 1º lugar deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

**10.2.1. Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente** registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

**10.2.2.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

**10.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**10.2.4.** Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br), ou;

**10.2.5.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede. (art. 66, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.6.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ; (art. 68, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.7.** Prova de regularidade relativa ao FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, no seu prazo de validade; (art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.8.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor; (art. 68, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.9.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor; (art. 68, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.10.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor; (art. 68, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);

**10.2.11.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município; (art. 68, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/21);



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

10.2.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, se for o caso, com prazo de validade em vigor; (art. 68, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21);

10.3. Cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#), mediante apresentação de declaração de que não empresa menor (art. 68, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21);

10.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, de acordo com a Resolução nº 121, de 05 de outubro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, considerar-se-á a certidão cível emitida naqueles moldes; (art. 69, II da Lei Federal nº 14.133/21).

**10.5. Não será aceito o Atestado de Capacidade Técnica subscrito pela própria proponente.**

10.5.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado com características compatíveis com o objeto da licitação;

10.5.2. As licitantes que cotarem os itens: **Camarote, Palcos, Camarins, House Mix, barricadas e Praticáveis** deverão apresentar, além do atestado de capacidade técnica, os seguintes documentos:

10.5.3. Certidão de Registro de Quitação da Empresa expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) do domicílio ou sede da licitante.

10.5.4. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, através da Certidão de Registro de Quitação da Empresa expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou pelo CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou pelo CFT (Conselho Federal Dos Técnicos Industriais) do domicílio ou sede da licitante.

10.5.5. (As licitantes que cotarem os itens: **Banheiros químicos para deficientes e Banheiros químicos comuns**) deverão apresentar, além do atestado de capacidade técnica, os seguintes documentos:

10.5.6. Autorização de Descarte expedida pelo Órgão Competente do domicílio ou sede da licitante.

10.5.7. Licença Ambiental expedida pelo Órgão Competente do domicílio ou sede da licitante.

10.5.8. As licitantes que cotarem os itens: **(Trio Elétrico de Grande Porte, Trio Elétrico de Médio Porte, Som de Médio, Grande Porte e Profissional, Gerador, Iluminação de Grande Porte e Pannel de Led)** deverão apresentar, além do atestado de capacidade técnica, os seguintes documentos:

10.5.9. Certidão de Registro e Quitação da Empresa expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou pelo CFT (Conselho Federal Dos Técnicos Industriais) do domicílio ou sede da licitante.

10.5.10. Comprovação de que a empresa possui em seu quadro técnico, profissional graduado em Engenharia Elétrica ou Técnico Eletricista, através da Certidão de Registro de Quitação



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

da Empresa expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou pelo CFT (Conselho Federal Dos Técnicos Industriais) do domicílio ou sede da licitante.

10.5.11. As licitantes que cotarem o item: **Equipe de Bombeiros Civis**, deverão apresentar:

10.5.12. CRC - Certificado de Registro Credenciamento junto ao CBM-SE - Corpo de Bombeiro Militar, em plena validade, conforme IN - Instrução Normativa nº 002/2015 CBM-SE.

10.5.13. As licitantes que cotarem o item: **Segurança Desarmada** deverão apresentar, além do atestado de capacidade técnica, os seguintes documentos:

10.5.14. Autorização ou Revisão de Autorização para funcionamento, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, na atividade objeto desta contratação, conforme estabelece a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria- DG/DPF 3.233, de 10/12/2012.

10.5.15. Alvará de Licença de Funcionamento, compatível com o objeto desta licitação.

**10.7. O lance mínimo entre lances é de R\$ 3,00 (três) reais.**

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

10.8. O licitante deverá declarar:

10.8.1. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.8.2. que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

10.8.3. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.8.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal

**10.9. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

10.9.1. Valor estimado ou valor máximo aceitável Art. 15 O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art 7º da lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

§ Para fins do disposto no **caput**, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias a elaboração das propostas.

**11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**11.1. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste edital, cabe a CONTRATADA:**

11.1.1. Além das obrigações previstas na Ata de Registro de Preços por determinação legal, a Contratada obrigar-se-á:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

- 11.1.2. Fornecer o OBJETO de acordo com as especificações técnicas constantes na Ata de Registro de Preços;
- 11.1.3. Zelar pela boa e completa execução da Ata e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- 11.1.4. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da Ata;
- 11.1.5. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- 11.1.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.7. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
- 11.2. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- 11.3. Adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- 11.3.1. Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte dos equipamentos;
- 11.3.2. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;
- 11.3.3. Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços, objeto do presente Contrato;
- 11.3.4. Arcar com todo o material e equipamento necessários para a realização do objeto contratado, e será também responsabilizada por todos os custos direto e indireto para a execução dos serviços objetos do certame;
- 11.3.5. Dar garantia total pela prestação de serviços realizada, comprometendo-se a refazê-los quando constatada qualquer falha devidamente comprovada, durante todo o período do contrato, desde que a CONTRATANTE não tenha causado ou contribuído para a ocorrência da falha;
- 11.3.6. Executar o objeto nas condições e preços consignados em sua proposta comercial;
- 11.3.7. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas como: encargos sociais, impostos, transporte, montagem e desmontagem de equipamentos, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas e etc, sem qualquer ônus para o município;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.3.8. Deverá montar toda a estrutura até 48 (quarenta e oito) horas antes da inicialização dos eventos, para fiscalização da prefeitura e desmontar no dia subsequente do evento.

11.3.9. Entregar os itens conforme especificados na Proposta, conforme solicitado pelo setor competente;

11.3.10. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, objeto contratado, conforme detalhamento constante na Cláusula Primeira deste Termo e nos termos da legislação vigente;

11.3.11. Responder por quaisquer acidentes ou mal súbito que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da execução do contrato;

11.3.12. Acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;

11.3.13. Acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal do Contrato, que serão formuladas por escrito em duas vias e entregues mediante recibo.

**11.4. Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições deste edital, cabe a CONTRATANTE:**

11.4.1. Exercer a fiscalização sobre o recebimento das locações por meio de servidores especialmente designados para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva fatura, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

11.4.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do produto, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

11.4.3. Proceder ao pagamento na forma e prazo pactuados;

11.4.4. Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva entrega dos produtos, por servidor competente, conforme Nota de Empenho;

11.4.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**11.5. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

11.5.1. À licitante vencedora caberá, ainda:

11.5.2. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;

11.5.3. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da prestação de serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do MUNICÍPIO;

11.5.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas a prestação de serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

11.5.5. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

11.5.6. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos na Condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao MUNICÍPIO nem poderá onerar o objeto deste Pregão, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o MUNICÍPIO.

**11.6. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

11.6.1. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

11.6.2. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do MUNICÍPIO durante a vigência do Contrato;

11.6.3. É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do MUNICÍPIO;

11.6.4. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação de serviços objeto deste Pregão.

**11.7. FISCALIZAÇÃO**

11.7.1. Na forma do que dispõe o artigo 117, da Lei nº. 14.133/21 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

11.8. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

11.8.1. A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

11.8.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

11.9. Não obstante a FORNECEDORA seja a única e exclusiva responsável pela execução desta Ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

**12. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

12.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.1.1. Considerando o Parecer da Sala da AGU nº 453/2024, que reconhece a juridicidade da renovação do saldo da Ata de Registro de Preços, desde que observados os princípios da legalidade, da vantajosidade e da manutenção das condições originalmente pactuadas, fica autorizada a adoção do referido procedimento, de modo a assegurar a continuidade do atendimento das demandas da Administração, preservando a economicidade e o interesse público.

**Parágrafo único** - A ata de registro de preços estará vigente até que seja consumida a totalidade do quantitativo registrado ou até o termo final do seu prazo de validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

12.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

12.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 12.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

12.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o [art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

12.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

12.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e mantiverem sua proposta original.

12.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

12.5. O registro a que se refere o item 12.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

12.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

12.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

12.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

12.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

12.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 12.7, observando o item 12.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 12.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

12.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

### **13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1 Durante a validade da ARP, outros órgãos ou entidades da administração pública podem aderir a ela, desde que justifiquem a vantagem e sigam as regras da [Lei 14.133/2021](#) e [Decreto da União nº 11.462, de 31 de março de 2023](#).

13.2 A aprovação para aderir à ARP pelo órgão gerenciador é condicionada a um estudo que demonstre ganhos de eficiência e economicidade para a administração pública.

13.3 Os fornecedores que constam na ARP podem escolher se aceitam ou não a solicitação de fornecimento de outro órgão, contanto que isso não prejudique as obrigações já assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.4 As aquisições adicionais não podem exceder ao dobro (200%) dos quantitativos dos itens registrados na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

13.5 O número de adesões à ARP é limitado a cinquenta por cento do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que possam aderir.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

13.6 Órgãos não participantes que aderirem à ARP são responsáveis por garantir o cumprimento das obrigações contratuais pelo fornecedor e podem aplicar penalidades se necessário, seguindo as normas de ampla defesa e contraditório.

13.7 Após a autorização do órgão gerenciador, órgãos não participantes devem efetivar a contratação em até noventa dias, respeitando o prazo de validade da ARP. O órgão gerenciador pode autorizar, excepcionalmente e justificadamente, a prorrogação do prazo.

**14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa Prefeitura Municipal de Tomar do Geru/Fundo Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Assistência Social para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, tomada às devidas cautelas de para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil prévio a cada necessidade de compra/serviço, cujo programa de trabalho e elemento de despesa específico constarão nas respectivas Notas de Empenhos;

14.2. Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

14.3. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando for o caso, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

**15. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

15.1. O prazo para execução do objeto desta licitação é IMEDIATO, a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço (OS) e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

15.2. A prestação dos serviços deverá ser executada de acordo com as necessidades do Município e dos órgãos participantes;

15.3. A não prestação de serviços no prazo estabelecido implicará na decadência do direito do licitante à inclusão dos seus preços no sistema de registro, O descumprimento do prazo para a prestação dos serviços implicará na perda do direito do licitante à inclusão de seus preços no Sistema de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021.

15.4. A prestação de serviços deverá está em conformidade com os padrões e normas vigentes de forma a atender a máxima qualidade. Os serviços que não atendam o padrão de qualidade exigido estarão sujeitos à recusa pelo servidor responsável de Pedrinhas, tendo que ser corrigido a falha no menor prazo possível, sem quaisquer ônus para a Administração, inclusive quanto a troca dos materiais. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e os serviços executados, poderão ser aplicadas ao Fornecedor as sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

15.5. Sempre que o contratado não atender à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, observada a ordem de registro, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o lote



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

específico, respectivo, ou a licitação, conforme previsão contida nos itens 15.2.3 e 15.2.4 deste Edital.

15.6. Independentemente de transcrição, farão parte integrante do contrato às instruções contidas neste Edital, os documentos nele referenciados, além da proposta apresentada pelo vencedor do certame e ATA respectiva.

15.7. Quaisquer danos ou prejuízos ocasionados ao patrimônio da Administração por empregados ou prepostos do licitante vencedor, serão de exclusiva responsabilidade deste último.

15.8. O Município de Pedrinhas poderá, até o momento da emissão da Ordem de Serviço, desistir do objeto proposto, no seu todo ou em parte, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

15.9. À critério do Município de Tomar do Geru, o lote poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.

**15.10. O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com detalhamentos contidos no constante no ANEXO I - Termo de Referência deste Edital.**

15.11. A empresa adjudicatária obrigará-se a prestar o objeto a ela adjudicado, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no Edital.

15.12. Correrá por conta da Contratada as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: seguro, transporte, hospedagem, alimentação, frete, instalação, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e as entregas deverão ocorrer sem prejuízo da prestação de serviço normal deste Município.

15.13. Constatadas irregularidades no objeto, o Município poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações (objetivos) do ANEXO I - Termo de Referência, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

15.14. A execução do objeto da presente licitação será orientada e fiscalizada pelo Município de Tomar do Geru/SE, que acompanhará a entrega dos serviços e fiscalizará o cumprimento de todas as obrigações contratuais.

15.15. A empresa vencedora responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços executados.

**16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

16.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido com o Município, as sanções administrativas aplicadas à contratada serão:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.2. A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal dos fornecimentos em atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério do Município, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da contratada, amigável ou judicialmente;

16.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério da contratante;

16.4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da contratada, na forma da lei.

**17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 3.284.255,19 (três milhões duzentos e oitenta e quatro mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

TERMO DE REFERÊNCIA



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	QT	VL UNT	VL TOTAL
01	LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO LOCAÇÃO COM MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO PEQUENO PORTE COMPLETO EM ESTRUTURAS METÁLICA, MEDINDO 5MX5M COM COBERTURA DE LONA DA ÁREA TRASEIRA, UMA ESCADA MÓVEL DO SOLO PARA O PISO PODENDO SER MONTADA NA LATERAL TAMBÉM, O PISO DO PALCO COM FORRAÇÃO EMBORRACHADA E ANTIDERRAPANTE.	22	DRA	R\$ 3.070,89	R\$ 67.559,58
02	LOCAÇÃO DE GERADORES DE 180 KVA LOCAÇÃO DE GERADORES DE 180 KVA TRIFÁSICO, TENSÃO 440/380/220/110 VCA, 60 HZ, DISJUNTOR DE PROTEÇÃO, SILENCIADO EM NÍVEL DE RUÍDOS SONOROS DE 82 DB DE ENERGIA ELÉTRICA DIMENSIONADA DE ACORDO COM A POTENCIA DO GRUPO GERADOR, ABASTECIDO. OBS: ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TAXAS, TRANSPORTES E IMPOSTO DE 1,5% DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO FICAM POR CONTA DO CONTRATADO.	05	DRA	R\$ 3.261,37	R\$ 16.306,85
03	LOCAÇÃO DE 48 REFLETORES DE LED MODELO FOCO 1 LOCAÇÃO DE 48 REFLETORES DE LED MODELO FOCO 1 COM 36 LEDS DE 1W CADA, PARA INSTALAÇÃO EM POSTES E ILUMINAÇÃO DE TODO O ESPAÇO DO ENVENTO INCLUIDO MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIA.	15	DRA	R\$ 15.056,24	R\$ 225.843,60
04	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL MASCULINO OU FEMININO.LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTEIS, MASCULINO OU FEMININO EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDO, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,10M DE FRENTE X 1,10M DE FUNDO X 2,10 DE ALTURA, COMPOSTO DE CAIXA DE DEJETO, PORTA PAPEL HIGIÊNICO, PORTA ÁLCOOL EM GEL DE DESINFECÇÃO DAS MÃOS, FECHAMENTO COM IDENTIFICAÇÃO DE OCUPADO, PARA USO DO PÚBLICO EM GERAL, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO, LIMPEZA DIÁRIA E DESMONTAGEM. INCLUÍDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	136	DRA	R\$ 404,29	R\$ 54.983,44
05	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTEIS LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO INDIVIDUAL, PORTÁTEIS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, PNE EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, COM TETO TRANSLÚCIDOS, DIMENSÕES PADRÕES, QUE PERMITAM A MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA DE RODAS DO USUÁRIO NO INTERIOR DO BANHEIRO, COMPOSTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA QUE ATENDAM AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS EM NORMAS TÉCNICAS APROVADAS PELOS ORGÃOS OFICIAIS COMPETENTES, COM MONTAGEM, MANUTENÇÃO E LIMPEZA DIÁRIA E DESMONTAGEM.	107	DRA	R\$ 403,19	R\$ 43.141,33
06	LOCAÇÃO DE BARRICADA TIPO GRADE EM METAL LOCAÇÃO DE BARRICADA TIPO GRADE EM METAL MEDINDO 2X1M ( LXA ) COM PÉS DE SUSTENTAÇÃO EM PERFEITO ESTADO INCLUÍDA A MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	250	UND	R\$ 70,42	R\$ 17.605,00
07	LOCAÇÃO DE CAMARIM ESTRUTURA DE OCTANORMEANODIZADO LOCAÇÃO DE CAMARIM, ESTRUTURAS DE OCTANORMEANODIZADO COM PERFIS DE ALUMÍNIO E FECHAMENTO EM TS ITALIANO, COM MEDIDAS DE 4X4M CAMARIM, ESTRUTURA DE OCTANORMEANODIZADO, COM PERFIS DE ALUMÍNIO E FECHAMENTO EM TS ITALIANO, BRANCO, COM MEDIDAS DE 4,00M X 4,00M, PORTAS COM FECHADURAS EM PERFEITO ESTADO, CLIMATIZADOS, COM PAINÉIS DE VIDRO ONDE FOR NECESSÁRIO, REVESTIDO DE CARPETE TER CAPACIDADE MÍNIMA PARA 10 PESSOAS, EQUIPADO COM 02 CESTAS DE LIXO GRANDES, 2 MESAS	16	DRA	R\$ 2.650,71	R\$ 42.411,36



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

	PLÁSTICAS COM 4 CADEIRAS CADA, 04 POLTRONAS POLTRONAS 01 SOFÁ DE 03 LUGARES, 1 ESPELHO CORPO INTEIRO , 01 FRIGOBAR, SANITÁRIO QUÍMICO COM ACESSO LADO DE DENTRO DO CAMARIM, 03 TOMADAS TRIPOLAR COM ADAPTADORES ILUMINAÇÃO BÁSICA COM ILUMINÁRIA DE 400W E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO MESMO. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.				
08	LOCAÇÃO DE CAMAROTE LOCAÇÃO DE CAMAROTE EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TUBULAR, MEDINDO: 08 M DE LARGURA ÚTIL ( BOCA DE CENA ) X 08 M DE PROFUNDIDADE COM COBERTURA, EM LONA ANTICHAMAS PRETA POR DENTRO E BRANCA POR FORA, ANTE FUNGO E BLACKOUT, PISO DO CAMAROTE COM FORRAÇÃO EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE TIPO LINÓLEO E ATERRAMENTO( SENDO COMPOSTO POR VIGAS , ANAÍMES E PILARES EM TUBOS PATENTES, TENDO TABLADO COM COMPANSADO NAVAL DE 15MM) COM FECHAMENTO NAS ÁREAS LATERAIS E TRASEIRAS UMA ESCADA MÓVEL DO SOLO PARA O PISO, PODENDO SER MONTADA NA LATERAL TODO O PALCO É INSTALADO COM COM CABO DE AÇO DE SEGURANÇA E OS MESMO ENVELOPADOS COM CANTONETES DE POLIETILENO DO CHÃO ATÉ A ALTURA DE 2M. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E NECESSÁRIAS 04 EXTINTORES (PÓ E ÁGUA).	05	DRA	R\$ 10.568,28	R\$ 52.841,40
09	LOCAÇÃO DE DETECTOR DE METAL PORTÁTIL LOCAÇÃO DE DETECTOR DE METAL PORTÁTIL DETECTOR DE METAL PORTÁTIL EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS	03	DRA	R\$ 299,67	R\$ 899,01
10	LOCAÇÃO DE DISCIPLINADOR TIPO GRADE EM METAL LOCAÇÃO DE DISCIPLINADOR TIPO GRADE EM METAL MEDINDO 2X1M ( LXA ) COM PÉS DE SUSTENTAÇÃO EM PERFEITO ESTADO PARA USO DA ENTRADA DO EVENTO INCLUIDA A MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	200	UND	R\$ 81,62	R\$ 16.324,00
11	LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA DE 260 KVA LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA DE 260 KVA TENSÃO 110, 220, 380, 440 SILENCIADO, 2 EXTINTORES E PLACAS DE SINALIZAÇÃO ESPECÍFICAS, COM TRANSPORTE, ALÉM DE OPERADOR E COMBUSTÍVEL. COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	11	UND	R\$ 2.817,86	R\$ 30.996,46
12	LOCAÇÃO DE HOUSE MIX MEDINDO 5,0 X 5,0 M LOCAÇÃO DE HOUSE MIX MEDINDO 5,0 X 5,0 M HOUSE MIX MEDINDO 5,0 X 5,0 M, EM ESTRUTURA TIPO BOX TRUSS ENVOLTO POR UMA TELA METÁLICA DE PROTEÇÃO DE 2M DE ALTURA, QUE PERMITA A VIZUALIZAÇÃO DO PALCO , INCLUSO AINDA, TOLDOS DE 4 ÁGUAS DE 5,00 X 5,00M QUE COBRIRÁ A ESTRUTURA DO PRIMEIRO ANDAR, A COBERTURA E A ESTRUTURA DE DEVERÃO OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES FEITAS PARA O PALCO PRINCIPAL INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	05	DRA	R\$ 2.602,32	R\$ 13.011,60
13	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO TIPO 01 - 62 REFLETORES LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO TIPO 01 - 62 REFLETORES PAR - 64 COMPOSTA POR 48 PAR LED DE 3WTS ; 08 ELIPSOIDAL 750 WTS COM IRIS; 06 MINE BRUT CO 06 LÂMPADAS CADA; 01 MESA DE ILUMINAÇÃO, COM 2048 CANAIS SENDO 512 CANAIS POR LINHA; 04 MAQUINAS DE FUMAÇA DE 1.500 WTS; 01 CENTRAL DE ENERGIA COM 02 RACK DIGITAL E 02 MODULO DISJUNTOR E 03 SPLITER; 03 VENTILADORES; 16 EFEITOS MOVING SPOT 575W, 24 EFEITOS MOVINGBEAM, COM LÂMPADAS 5R, 7R OU 15R, 16 MOVING LED WASH 10W, 06 STROBO 3000 WTS 02CANHÕES SEGUIDORES DE 1500 WTS; 08 RIBALTAS RGBW, CABOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS INTERLIGADOS COM COMANDOS DMX TODO EQUIPAMENTO DE LÂMPADAS DEVERÁ SER IÇADO ATRAVÉS DE BOXTRUSS, FORNECIDO PELO CONTRATADO INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIA.	09	DRA	R\$ 15.777,96	R\$ 142.001,64





**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

14	LOCAÇÃO DE MINI TRIO ELÉTRICO DE PEQUENO PORTE COM COMPRIMENTO MÉDIO DE 06M X 2,00M LOCAÇÃO DE MINI TRIO ELÉTRICO DE PEQUENO PORTE COM COMPRIMENTO MÉDIO DE 06M X 2,00M LARGURA TRIO ELÉTRICO DE PEQUENO PORTE, COM COMPRIMENTO MÉDIO DE 06M X 2,00M LARGURA, COM VEÍCULOS PARA PUXAR CONFIGURAÇÃO MÍNIMA: SOM DE 06 GRAVES FRENTE/FUNDO, 06 GRAVES LATERAIS, COM LINE ARRAY E DOIS GERADORES ELÉTRICOS DE 80 A 100 KVA, PERIFÉRICO, 01 CONSOLE DIGITAL, 03 PROCESSADORES, 02 EQUALIZADORES, 02 MODULOS DE BATERIA , 02 POWER PLAY HA 4700, 01 POWER PLAY HA 8000, 08 MICROFONES SM 58, 08 MICROFONES SM 57, 01 KIT DE BATERIA, 01 MICROFONE ESPECÍFICO PARA BUMBO, 02 MICROFONES SEM FIO, 08 PORTA PRO KROSS, 08 DIRECT BOX PASSIVO, 02 DIRECT BOX ATIVO. 08 GARRAS PARA MICROFONES E 08 PEDESTAIS. OBS: INCLUIDA MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E ABASTECIDO DURANTE A DURAÇÃO DO EVENTO.	16	DRA	R\$ 7.976,20	R\$ 127.619,20
15	LOCAÇÃO DE PALCO TIPO 02 ÁGUAS LOCAÇÃO DE PALCO TIPO 02 ÁGUASEM ESTRUTURA DE ALUMINIO TUBULAR MEDINDO: 12 M DE LARGURA ÚTIL ( BOCA DE CENA ) X 12 M DE PROFUNDIDADE, PALCO TIPO 02 ÁGUAS EM ESTRUTURAS DE ALUMÍNIO TUBULAR, MEDINDO: 12 M DE LARGURA ÚTIL ( BOCA DE CENA ) X 12 M DE PROFUNDIDADE X 6M DE ALTURA NO MINIMO ( PÉ DIRETITO DO PALCO ATÉ AS VARAS DE ILUMINAÇÃO, PODENDO VARIAR DE ACORDO COM O EVENTO) X 0,80 M DE ALTURA DE PALCO MO MÍNIMO ( EM RELAÇÃO AO PISO ONDE FICARÁ O PÚBLICO, PODENDO VARIAR ATÉ 2M) COM COBERTURA, EM LONA ANTICHAMAS PRETA POR DENTRO E BRANCA POR FORA ANTEFUNGOS E BLACKOUT, PISO DO PALCO COM FORRAÇÃO EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE TIPO LINOLEO E ATERRAMENTO ( SENDO COMPOSTO COM VIGAS, ANDAIMES E PILARES EM TUBOS PATENTES, TENDO TABLADO COM COMPENSADO NAVAL DE 15MM), COM FECHAMENTO NAS AREAS LATERAIS E TRASEIRAS, UMA ESCADA MÓVEL DO SOLO PARA O PISO PODENDO SER MONTADA NA LATERAL A SAÍDA DO PALCO É FECHADA EM TODO O SEU ENTORNO COM PAINÉIS DE 2M DE ALTURA TODO O PALCO É INSTALADO COM CABO DE AÇO DE SEGURANÇA E OS MESMOS ENVELOPADOS COM CANTONETES DE POLIETILENO DO CHÃO ATÉ A ALTURA DE 2M. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSARIAS; 04 EXTINTORES (PÓ E ÁGUA).	06	DRA	R\$ 26.466,67	R\$ 158.800,02
16	LOCAÇÃO DE PALCO TIPO 02 ÁGUAS 08M LOCAÇÃO DE PALCO TIPO 02 ÁGUAS EM ESTRUTURA DE ALUMINIO TUBULAR, MEDINDO: 08 M DE LARGURA ÚTIL ( BOCA DE CENA ) X 08 M DE PROFUNDIDADE PALCO TIPO 02 AGUAS EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TUBULAR, MEDINDO: 08 M DE LARGURA ÚTIL ( BOCA DE CENA ) X 08 M DE ALTURA NO MÍNIMO ( PÉ DIREITO DO PALCO ATÉ AS VARAS DE ILUMINAÇÃO, PODENDO VARIAR DE ACORDO COM O EVENTO) X 0,80 M DE ALTURA DE PALCO NO MÍNIMO ( EM RELAÇÃO AO PISO ONDE FICARÁ O PÚBLICO PODENDO VARIAR ATÉ 2 M) COM COBERTURA EM LONA ANTICHAMAS PRETA POR DENTRO E BRANCA POR FORA, ANTE FUNGO E BLACKOUT, PISO DO PALCO COM FORRAÇÃO EMBORRACHADA ANTIDERRAPANTE TIPO LINÓLEO E ATERRAMENTO ( SENDO COMPOSTO COM VIGAS, ANDAIME E COMPENSAÇÃO NAVAL DE 15 MM ), COM FECHAMENTO NAS ÁREAS LATERAIS E TRASEIRAS, UMA ESCADA MÓVEL DO SOLO PARA O PISO, PODENDO SER MONTADA NA LATERAL O PALCO E INSTALADO COM CABO DE SEGURANÇA E OS MESMOS ENVELOPADOS COM CANTONETES DE POLIETILENO DO CHÃO ATÉ A ALTURA DE 2M. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E NECESSÁRIAS 04 (QUATRO) EXTINTITORES (PÓ E ÁGUA).	09	DRA	R\$ 6.103,75	R\$ 54.933,75
17	LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTO LOCAÇÃO DE PLACAS DE FECHAMENTO CONFECCIONADA EM CHAPAS METÁLICAS PLACAS DE FECHAMENTO CONFECCIONADA EM CHAPAS METÁLICAS COM ESTRUTURAS TUBULARES PARA A PROTEÇÃO DO PALCO E ÁREA DE EVENTO BACKSTAGE MEDINDO 2,00 X 2,00 M CADA. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	200	UND	R\$ 106,81	R\$ 21.362,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

18	LOCAÇÃO DE PORTAL (PORTICO DE ENTRADA)LOCAÇÃO DE PORTAL (PORTICO DE ENTRADA) 8,00M X 3,00 M EM BOX TRUSS P-30 COM UM ESPAÇO PARA COMUNICAÇÃO VISUAL. INCLUÍDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	24	UND	R\$ 4.010,95	R\$ 96.262,80
19	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS, MEDINDO 2,0 X 1,0 X 0,40 M DE ALTURA CADA EM ALUMÍNIO, COM PISO FORRADO EM CARPETE E RODEIRA PRATICÁVEIS PANTOGRÁFICOS MEDINDO 2,00 X 1,00 X 0,40 M DE ALTURA CADA EM ALUMÍNIO COM PISO FORRADO EM CARPETE E RODEIRAS. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIOS.	23	DRA	R\$ 304,80	R\$ 7.010,40
20	LOCAÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES PORTÁTEIS LOCAÇÃO DE RÁDIOS COMUNICADORES PORTÁTEIS, EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO ACOMPANHAR TAMBÉM BATERIAS RESERVAS, FONES DE OUVIDO E CARREGADOR. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	110	UND	R\$ 66,87	R\$ 7.355,70
21	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE ESPECIALIZADO.LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA DESARMADA PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS, COM INSTRUÇÃO DE CUIDADOS, DE RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO, BEM COMO NO SUPORTE DE APOIO TÁTICO DE EMERGÊNCIA INCLUÍDA MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E REFEIÇÕES NECESSÁRIAS.	504	DRA	R\$ 412,58	R\$ 207.940,32
22	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS CIVIL PROFISSIONAIS LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS CIVIL PROFISSIONAIS DEVIDAMENTE EQUIPADOS UNIFORMIZADOS E QUALIFICADOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E PRIMEIROS SOCORROS. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E REFEIÇÕES NECESSÁRIAS.	160	DRA	R\$ 246,31	R\$ 39.409,60
23	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL (EQUIPE DE APOIO) LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL (EQUIPE DE APOIO) PESSOAS DEVIDAMENTE UNIFORMIZADAS COM HABILIDADE EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA ATUAÇÃO NA PRODUÇÃO E LOGISTICA DO EVENTO, INCLUIDA MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E REFEIÇÕES NECESSÁRIAS.	72	DRA	R\$ 204,33	R\$ 14.711,76
24	LOCAÇÃO DE SOM DE PEQUENO PORTE DE 04 GRAVES.	08	DRA	R\$ 985,52	R\$ 7.884,16
25	LOCAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO DE GRANDE PORTE LOCAÇÃO DE SOM AUTOMOTIVO DE GRANDE PORTE CONTENDO NO MÍNIMO 16 GRAVES, 32 MÉDIOS, 32 CORNETAS, GERADOR DE NO MÍNIMO 80 KVA, PROCESSADOR DIGITAL, MÓDULOS E TODA APARELHAGEM PARA O FUNCIONAMENTO DO SOM.	10	DRA	R\$ 1.505,00	R\$ 15.050,00
26	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE, COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE 01 (UMA) CONSOLE MIXER (MESA DE SOM) DE 16 (DEZESSEIS) CANAIS SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE, COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE 01 (UMA) CONSOLE MIXER (MESA DE SOM) DE 16 (DEZESSEIS) CANAIS, COM PRÉ AMPLIFICADORES COM RECALL AUTOMÁTICO PARA TODOS OS CANAIS 01 MULTICABO, 16 VIAS COM MAIS, 6 VIAS PARA CANAIS AUXILIARES, 04 AUXILIARES , 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO PARAMETRICAS, 06 CAIXAS DE FREQUÊNCIAS ALTAS E 06 CAIXAS DE GRAVES, COM 01 CUBO DE BAIXO, 01 CUBO DE GUITARRA, 04 RETORNOS, 08 MICROFONES COM FIO, 03 MICROFONE SEM FIO, INCLUIDA MOBILIZAÇÃO. OBS; SISTEMA COM TODOS OS ACESSÁRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS MUSICAIS, SERÁ NECESSÁRIO TODO O MATERIAL DE CABEAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E EQUIPE TÉCNICA AS MARCAS E MODELOS DOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO ARTISTICA CONTRATADA PARA O MUNICIPIO FORNECIDO COM NO MÍNIMO 72 HORAS DE ANTECEDÊNCIA.	20	DRA	R\$ 9.632,96	R\$ 192.659,20
27	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE;LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DE PEQUENO PORTE COMPOSTA POR 04 CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS E PROCESSADAS 600W/RMS CADA, COM TRIP SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE PARA REUNIÃO, COMPOSTA POR: 04 CAIXAS DE SOM AMPLIFICADAS E PROCESSADAS	140	DRA	R\$ 2.072,50	R\$ 290.150,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

	600WRMS CADA, COM TRIPÉ, 01 MIXING CONSOLE COM NO MÍNIMO 12 CANAIS DE ENTRADA 04 SUBGRUPOS 04 VIAS AUXILIARES 04 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO FILTROS DE GRAVES, 02 MICROFONE SEM FIO PARA VOZ COM FREQUÊNCIA DE TRABALHO SELECIONAVEL E FAIXA DE OPERAÇÃO EM UHF, 04 MICROFONES COM FIO, 01 APARELHO DE CD PLAYER COM ENTRADA USB PARA SONORIZAÇÃO AMBIENTE, CABOS E CONEXÕES PARA LIGAR TODO O SISTEMA, 01 MESA DE SOM CONTENDO O MINIMO 24 CANAIS, 01 OPERADOR TÉCNICO.				
28	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO FIXA AEREO ESPECIAL COM 64 SUBGRAVES LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO FIXA AEREO ESPECIAL COM 64 SUBGRAVES LRC: PA 03 CONSOLES, 64 CANAIS DIGITAIS, 04 PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTEREA, 32 CAIXAS DE SUBGRAVES COM 02 ALTO FALANTES DE 18" CADA, 36 CAIXAS LINEARRAY COM 02 OU 03 VIAS, AMPLIFICADORES COMPATIVELIS PARA O SISTEMA. MONITOR: 03 CONSOLES DE MINIMO 64 CANAIS DIGITAIS COM 24 VIAS AUXILIARES, 16 PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTÉREO, 08 MICROFONES SEM FIO, 80 MICROFONES PARA INSTRUMENTO MÚSICAIS, 20 MICROFONES PARA VOCAL, 50 MONITORES PARA MÚSICOS, 40 DIRECT BOX, 04 AMPLIFICADORES PARA GUITARRA, 04 AMPLIFICADORES PARA CONTRA BAIXO, 04 AMPLIFICADORES PARA TECLADO, 04 SIDEFILL COM 8 FALANTES DE SUBGRAVES DE 18", 08 DE FALANTES DE MÉDIOS GRAVES 12", 08 MÉDIOS AGUDOS (TITÂNIO) CADA, 02 SIDE PARA BATERIA COM 04 FALANTES DE 18", AMPLIFICAÇÃO PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS COMPATIVELIS, 03 MULTI CABO 64 VIAS, 03 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PALCO X HOUSE MIX, 02 CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE NO MÍNIMO 250 KVA; 12 PLATAFORMAS PANTGRÁFICAS DE 2,00 x 1,00M COM ROLDANAS, 1 CORPO DE BATERIA PROFISSIONAL. OBS: SISTEMA COM TODOS OS ACESSÓRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS MÚSICAIS. SERÁ NECESSÁRIO TODO O MATERIAL DE CABEAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E EQUIPE TÉCNICA. AS MARCAS E MODELOS DOS EQUIPAMENTOS DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM O RIDER TÉCNICO DA ATRAÇÃO ARTÍSTICA CONTRATADA PARA O MUNICIPIO, FORNECIDO COM NO MÍNIMO 72 HORAS ANTES DO EVENTO.	06	DRA	R\$ 20.208,35	R\$ 121.250,10
29	LOCAÇÃO DE TORRE DE DELAY LOCAÇÃO DE TORRE DE DELAY COMPOSTA POR 08 CAIXAS LINE ARRAY 01 FALANTE DE 12" , 01 DRIVER CADA, 01 PROCESSADOR DIGITAL, 04 AMPLIFICADORES TORRE DE DELAY 08 CAIXAS LINE ARRAY 01 FALANTE DE 12" 01 DRIVER CADA, 01 PROCESSADOR DIGITAL, 04 AMPLIFICADORES. OBS: CABOS DE AC E CABO DE SINAL P/ NO MÁXIMO 50 METROS APÓS HOUSEMIX CABEAMENTO SUFICIENTE PARA FUNCIONAMENTO DE TODO O SISTEMA E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA INCLUIDA MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO NECESSÁRIAS.	10	DRA	R\$ 6.215,50	R\$ 62.155,00
30	LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO DE MÉDIO PORTE LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO DE MÉDIO PORTE COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: CAMINHÃO COM 02 EIXOS ( 01 NA DIANTEIRA E 01 NA TRASEIRA) COM NO MÍNIMO 10M DE COMPRIMENTO E NO MÁXIMO 13M DE COMPRIMENTO, 3,8M DE ALTURA, 2,4M DE LARGURA, 01 GERADOR DE NO MÍNIMO 100 KVA, PALCO FORRADO DE GRAMA SINTÉTICA, SISTEMA DE SOM DE PERIFERICO, PA LATERAIS 16 GRAVES, 16 MÉDIOS GRAVES, 12 CORNETAS TITÂNIO, PA FRENTE E FUNDO, 16 GRAVES. 16 MÉDIO GRAVES, 12 CORNETAS TITANIO, 01 CONSOLE DIGITAL COM NO MÍNIMO 32 CANAIS E 12 AUXILIARES, 04 MONITORES E CHÃO, 30 MICROFONES PARA ATENDER SOM MECÂNICO E SHOW MUSICAL AO VIVO, O TRIO ELÉTRICO DEVERÁ TER OS EQUIPAMENTOS MÍNIMOS PARA APRESENTAÇÃO DE GUITARRA, VIOLÃO, CAVAQUINHO, TECLADO, CONTRA BAIXO, SAX ALTO, SAX TENOR, TROMPETE, BATERIA COMPLETA, CONGAS, TIMBAU, REPIQUE, 02 SURDOS E EFEITOS, 04 BACKINS VOCAL, ARTE OBRIGATORIA POR EVENTO.	12	DRA	R\$ 9.309,46	R\$ 111.713,52



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

31	LOCAÇÃO PLACAS CEGAS LOCAÇÃO PLACAS CEGAS para 11 5.300,00 M	150	UND	R\$ 88,50	R\$ 13.275,00
32	SERVIÇO DE LOCUTOR COM EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SERVIÇO DE LOCUTOR COM EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL QUE DEVERÁ CONDUZIR A DIVULGAÇÃO, ABERTURA DO EVENTO. INCLUSIVE DURANTE TODOS OS SHOWS ARTISTICO, O PROFISSIONAL DEVERÁ POSSUIR DESENVOLVURA, SEGURANÇA E EXPERIÊNCIA PARA A APRESENTAÇÕES DO EVENTO. INCLUIDA MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E REFEIÇÕES NECESSÁRIAS.	29	UND	R\$ 588,39	R\$ 17.063,31
33	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE.SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA EVENTOS DE PEQUENO PORTE, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SONOROS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3000 WATTS RMS, 02 MICROFONES SEM FIO, CABOS PARA CONEXÃO DE ATÉ 02 INSTRUMENTOS DE CORDA, PELO TEMPO DE 12 HORAS.	03	SV	R\$ 3.104,17	R\$ 9.312,51
34	TOLDO TIPO PIRÂMIDE DE 5,00 M X 5,00 M TOLDO TIPO PIRÂMIDE DE 5,00M X 5,00 M EM LONA DE PVC, ANTICHAMA, ESTRUTURA METÁLICA EM FERRO TUBULAR, BITOLAS DE 3,00' E 1,00' COM SANEFAS LATERAIS INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS, OPERADORES TÉCNICOS NECESSÁRIOS E DESMONTAGEM.	297	UND	R\$ 237,90	R\$ 70.656,30
35	TOLDO TIPO PIRÂMIDE DE 8,00M X 8,00 M TOLDO TIPO PIRÂMIDE DE 8,00M X 8,00 M EM LONA DE PVC, ANTICHAMA, ESTRUTURA METÁLICA EM FERRO TUBULAR, BITOLAS DE 3,00' E 1,00' COM SANEFAS LATERAIS INCLUINDO TRANSPORTE, MONTAGEM INSTALAÇÕES NECESSÁRIAS, OPERADORES TÉCNICOS NECESSÁRIOS E DESMONTAGEM.	163	UND	R\$ 250,27	R\$ 40.794,01
36	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 EXTERNO. LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 EXTERNO, MEDINDO 3M X 2M, COM CONTROLADORA FULL HD. COM TRAVE DE GRID PARA A INSTALAÇÃO DO MESMO EM AMBIENTE CONTENDO 3,5M DE ALTURA POR 3,5M DE COMPRIMENTO, COM 4 SLEVES E 2 SAPATAS. OBSERVAÇÃO: ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TAXAS, TRANSPORTES E IMPOSTO DE 1,5% DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO FICAM POR CONTA DO CONTRATADO.	07	DRA	R\$ 2.794,19	R\$ 19.559,33
37	SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA EVENTOS.SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA EVENTOS: CONTANDO COM 26 CÂMERAS EM FULL HD COMUM, 12 CÂMERAS MODELO SPEED DOME E 4 CÂMERAS PROFISSIONAIS COM RECONHECIMENTO FACIAL - TOTALIZANDO 42 CÂMERAS - COM CENTRAL DE COMANDO, COM TVS FULL HD, QUE PROPORCIONAM IMAGENS EXTREMAMENTE NÍTIDAS, IDEAIS PARA OBTER UMA COBERTURA COMPLETA DE TUDO O QUE ACONTECE. CCos GUARNECIDAS COM PROFISSIONAIS TREINADOS PARA OFERECER APOIO IRRESTRITO AOS AGENTES DE SEGURANÇA E/OU POLICIAMENTO DISPONÍVEIS NO LOCAL, POSSIBILITANDO UM SERVIÇO DE MÁXIMA EXCELÊNCIA NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS. AS IMAGENS DEVERÃO SER ARMAZENADAS DURANTE 30 DIAS. OBSERVAÇÃO: A MONTAGEM E DESMONTAGEM SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA. ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM, TAXAS, TRANSPORTES E IMPOSTO DE 1,5% DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO FICAM POR CONTA DO CONTRATADO.	07	DRA	R\$ 12.378,12	R\$ 86.646,84
38	LOCAÇÃO DE TOLDOS MEDINDO 6X6 M DE COMPRIMENTO, COM LONAS ANTICHAMAS, NA COR BRANCA, DEVIDAMENTE MONTADO E INSTALADO NO LOCAL DO EVENTO.	2000	DRA	R\$ 249,03	R\$ 498.060,00
39	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE COM UMA MÁQUINA DE FUMAÇA. LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DE PEQUENO PORTE COM UMA MÁQUINA DE FUMAÇA, 10 (DEZ) PAR LED, 06 (SEIS) MOVING BEAM 5E, 2 (DOIS) STROBO, 01 (UMA) MESA MA2 LIGHT, 01 (UM) GRID 2,5M DE ALTURA POR 3,5 DE COMPRIMENTO.	15	DRA	R\$ 1.435,00	R\$ 21.525,00



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE TOMAR DO GERU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

40	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 EXTERNO MEDINDO 3MX6M. LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED P6 EXTERNO, MEDINDO 3MX6M, COM CONTROLADORA FULL HD. COM TRAVE DE GRID PARA A INSTALAÇÃO DO MESMO EM AMBIENTE CONTENDO 3,5M DE ALTURA POR 6,5 DE COMPRIMENTO	15	DRA	R\$ 3.261,60	R\$ 48.924,00
41	TRIO ELETRICO GRANDE PORTE (PRANCHÃO) TRIO ELÉTRICO GRANDE PORTE (PRANCHÃO) COM 13 METROS DE COMPRIMENTO, 4 METROS DE ALTURA, 4,8 METROS DE LARGURA, 48 SUB 18, 48 MÉDIOS GRAVES, 48 DRIVER, TI 8 RETORNOS ATIVOS 12 VIA FONE MESA 48 CANAIS DIGITAL, 20 PEDESTAIS 08 GARRAS 24 MICROFONES COM FIO 1 KIT BATERIA 01 MICROFONE SEM FIO 01 CAMARIM COM AR-CONDICIONADO BANHEIRO, E GERADOR 115 KVA.	03	DRA	R\$ 11.916,67	R\$ 35.750,01
<b>VALOR TOTAL R\$ 3.284.255,19</b>					